

A GUERRA DE MACHIAVELLI A CLAUSEWITZ^{*}

Eduardo Mei

Nascido em 1780, Carl von Clausewitz ingressou no Exército prussiano em 1792, aos 12 anos.¹ Formou-se, assim, como oficial do Exército no período em que ocorriam a Revolução Francesa e a revolução militar napoleônica. Foi instruído, portanto, na concepção estratégica do *ancien régime*, e se deparou no campo de batalha com o Exército francês, constituído por soldados-cidadãos que marchavam em defesa da pátria animados pela *Marselhesa*. Foram necessários vinte e seis anos² para que Clausewitz compreendesse minimamente³ o impacto provocado por essas duas revoluções.

^{*} Publicado originalmente no Caderno PREMISSAS n° 13, pp. 67-85, publicação do NEE – UNICAMP, Campinas, agosto de 1996. Submetido a uma revisão gramatical e de estilo em novembro de 2004 pelo autor.

¹ Informações biográficas gerais podem ser encontradas na obra de Raymond Aron sobre Clausewitz. Cf. ARON, R. *Pensar a guerra, Clausewitz: a era européia*. Vol. I. Brasília, UnB, 1986, pp.31-72.

² Se considerarmos o período compreendido entre o ano de 1804, quando redigiu seu primeiro texto de teoria da estratégia (a *Stratégie*), e o ano de 1830, quando redigiu as últimas alterações no primeiro capítulo do primeiro livro da sua obra máxima: *Da guerra*. Cf. ARON, R. *Op.cit.*, pp.73 e ss.

³ Digo minimamente porque tal compreensão não significou, devido à morte precoce de Clausewitz (de cólera, em 16 de novembro de 1831), a revisão do seu

O surgimento do exército de cidadãos foi preconizado por Machiavelli quase trezentos anos antes da revolução militar napoleônica. Todavia, só com a derrocada do *ancien régime* tal projeto pôde ser levado a cabo. Nesses trezentos anos, as sociedades européias sofreram profundas transformações que alteraram a estrutura dos exércitos e o procedimento no campo de batalha. O aprimoramento da infantaria e o aumento de sua importância deu-se lentamente nos séculos seguintes a Machiavelli. A disciplina dependia de treinamentos cada vez mais prolongados e isso exigia duas condições econômicas ainda incipientes: o trabalho livre e fundos que financiassem um exército permanente. A expulsão do homem do campo – o excedente populacional inabsorvível pelos feudos – e o mercantilismo permitiram, paulatinamente, o preenchimento dessas condições. O Estado Absolutista, ao criar a moeda nacional e concentrar os impostos, pôde financiar exércitos cada vez melhor equipados. O aumento das dimensões do Estado e do exército respondeu às novas circunstâncias políticas.⁴

Com a criação por Maurício de Nassau do primeiro exército permanente, nasce a moderna disciplina militar que culminaria três séculos depois no exército napoleônico. A Nassau credita-se a ampliação do uso da

testamento como um todo. O primeiro capítulo do primeiro livro é por isso mesmo o retrato mais fiel do estágio final da sua teoria da estratégia.

⁴ Segundo Paul Kennedy, a capacidade de financiamento das despesas militares por parte dos Estados determinou e determina o futuro tanto das guerras quanto dos próprios Estados. Cf. KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, pp.1-10.

infantaria constituída por mercenários, mas treinada durante todo o ano. Seu exército era financiado pela burguesia comercial holandesa, à qual o comandante estava subordinado politicamente.⁵ Ele conseguiu durante décadas impedir que o império dos Habsburgos alcançasse seu objetivo de dominar os Países-Baixos. Maurício de Nassau foi um grande artista das guerras de cerco e posição. Devido ao caráter mercenário dos exércitos, a linha de suprimentos era essencial para manter o exército no campo de batalha. Um exército que fosse isolado da sua linha de suprimentos estava irremediavelmente derrotado: a fome e a deserção cuidariam de aniquilá-lo. Assim, todo exército estava como que acorrentado à retaguarda perdendo toda a mobilidade.⁶ Como os exércitos eram caríssimos, o princípio estratégico fundamental dessa época era a economia de forças; o exército deveria evitar o combate e não procurá-lo, o comandante fazia marchas buscando desgastar as forças inimigas e combateria apenas na melhor oportunidade, evitando assim desgastar as próprias forças.⁷

⁵ Cf. ROTHENBERG, Gunther E. “Maurice of Nassau, Gustavus Adolphus, Raimondo Montecuccoli, and the «military revolution» of the seventeenth century”. In: PARET, Peter. (ed.) *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1986, pp.32-63.

⁶ Daí a célebre oposição guerra de posição x guerra de movimento.

⁷ Paul Kennedy atribui o fracasso habsburgo na Holanda às suas pesadas despesas militares e a ineficiência financeira: o desperdício de dinheiro e a impontualidade no pagamento dos soldados. Cf. KENNEDY, P. *Op.cit.*, pp.39-77 *passim*.

A ampliação do exército e a necessidade permanente de treinamento e disciplina exigiam o constante desenvolvimento de sua organização interna: a verticalização hierárquica se acentuava gradualmente. No século XVIII, o Exército francês introduziu o uniforme e a promoção por mérito, fato que permitiu a plebeus almejem a patente e o *status* de oficial. Durante os séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se também o corpo técnico-científico do exército: especialistas em edificações de fortalezas, em balística e explosivos foram a ele incorporados.⁸ Nessas mudanças, a França também tomou a dianteira. Além disso, a Cartografia e a Geografia se formaram como disciplinas eminentemente militares. A necessidade de controle do recrutamento propiciou a constituição de um corpo de estatísticos auxiliar do exército.⁹ Tudo isso fez com que a administração do exército se tornasse cada vez mais específica em relação à do Estado. A distinção entre Estado e exército ficava, portanto, cada vez mais nítida.

Durante os séculos XVII e XVIII definiram-se as principais fronteiras européias. O alto custo da manutenção do exército mercenário permanente fazia com que se evitasse a batalha enquanto se esperava que o desgaste provocado pelas longas campanhas oferecessem o momento mais

⁸ A respeito ver GUERLAC, Henry. “Vauban: the impact of science on war”. In: PARET, Peter. (ed.) Op.cit., pp.64-89.

⁹ Em 1625, Gustavo Adolfo, da Suécia, inovou o método de recrutamento dividindo a conscrição por regiões e valendo-se dos registros de nascimentos elaborados pelo clero local. Cf. ROTHENBERG, Gunther E. Op.cit., p.47.

oportuno de combater, atacando as frações mais fracas de um exército (muitas vezes produto de alianças). Ora, esses dois fatores fizeram com que nesse período se desenvolvesse a arte das fortificações, que serviam como baluartes nas fronteiras e retaguarda logística, onde se produzia pão e armazenavam-se mantimentos e munição em geral.¹⁰ Nessa época, edificaram-se a linha de fortificações da fronteira entre a França e a Alemanha e muitos castelos por toda a Europa. Daí as características das guerras de então: o cerco e a posição.

Não obstante, os exércitos ainda eram fundamentalmente mercenários e apenas a rigidez da disciplina os mantinha unidos e aptos a enfrentar uma batalha. Cabe notar que, mesmo admitindo ainda nas vésperas da Revolução Francesa a atualidade das críticas de Machiavelli aos exércitos mercenários, a origem social do soldado e o caráter do exército sofreram profundas alterações. Na época de Machiavelli, os *condottiere* eram basicamente cavaleiros nobres, a maioria de origem francesa, que dominavam a arte da cavalaria e recebiam grandes fortunas para fazer a guerra (o simples fato de exigir um animal apto para a batalha já excluía a imensa maioria da população das fileiras mercenárias); no final do século XVIII, ao contrário, a cavalaria era constituída pelos nobres que ocupavam

¹⁰ Na época de Machiavelli, o desenvolvimento da artilharia exigiu várias mudanças na concepção arquitetônica dos castelos para torná-los menos vulneráveis ao ataque. Machiavelli não poupava crítica às fortificações, observando que nenhuma podia resistir ao cerco de um exército bem treinado. Cf. GUERLAC, H. Op.cit.

os postos de oficiais e o soldado de infantaria não passava de um pária expulso do campo, forçado a ingressar na infantaria ou que dependia do exército para a própria sobrevivência, pois sem ele provavelmente morreria de fome ou frio.

É compreensível portanto que o êxito de Frederico o Grande, da Prússia, dependesse quase que exclusivamente da rigidez da sua disciplina, cujo princípio fundamental era o soldado temer mais o seu oficial do que o inimigo. Frederico criou uma série de regras para coibir a deserção: as marchas noturnas eram permitidas apenas em último caso, o armazém era protegido para evitar roubos de mantimentos, os soldados só podiam abandonar o posto acompanhados por oficiais (para a satisfação de suas necessidades fisiológicas básicas, por exemplo) e a ofensiva era baseada na **ordem cerrada**. A ordem cerrada fazia com que os soldados avançassem durante uma ofensiva em ordem e sem atropelos, pois para cada fileira de soldados havia um oficial com ordem para matar quem tentasse sair da posição. Tais princípios fizeram do exército de Frederico o mais temido de seu tempo e com o maior número de vitórias.

Porém, o fato que iria revolucionar a estratégia ainda estava por vir. Trata-se da Revolução Francesa e o decorrente surgimento do soldado-cidadão. Até o final do século XVIII, a guerra era um assunto exclusivamente dos reis absolutistas e seus exércitos. A população não participava da guerra, pois não se identificava com os objetivos do soberano

e os soldados eram uma parcela insignificante da população. Com a Revolução Francesa, surgiu nos escombros da propriedade feudal a idéia de nação, a qual alterou completamente o caráter do exército. A guerra se tornou um fenômeno societário. O final do século XVIII vê o nascimento da guerra total.¹¹ Guibert teve o mérito de preconizar, em 1772, tanto o exército de cidadãos quanto a guerra de movimento no seu *Essai général de tactique*.¹² Porém, apenas em 23 de agosto de 1793 foi deflagrada a mobilização **total** do povo francês, através de um decreto da Assembléia Nacional. O Artigo I dizia:

"A partir desse momento até o instante em que nossos inimigos forem expulsos do território da República, todos os franceses estão permanentemente convocados para o serviço em armas. (...) Os jovens combaterão; os casados, forjarão as armas e transportarão os suprimentos; as mulheres farão as barracas e as roupas e servirão nos hospitais; as crianças transformarão pedaços de linho usado em ataduras; os velhos far-se-ão transportar para as praças públicas a fim de estimular a coragem dos combatentes, pregar a unidade da República e o ódio contra os reis. (...) Os edifícios públicos transformar-se-ão em quartéis, as praças públicas em fábricas de munições e o solo das adegas será tratado com lixívia para extrair-lhe o salitre. (...) Todas as armas de fogo de calibre adequado serão entregues às tropas; o serviço no interior será feito com armas de caça e brancas. (...) Os cavalos de sela serão arrebanhados para a cavalaria; os

¹¹ Guerra total é aquela que mobiliza virtualmente todos os recursos materiais e imateriais (financeiros, econômicos, populacionais, industriais e morais) do Estado.

¹² Cf. PALMER, R.R. "Frederick the Great, Guibert, Bülow: from dynastic to national war". In: PARET, Peter. Op.cit., pp.105 e ss.

cavalos de tiro não utilizados na agricultura tracionarão a artilharia e as viaturas de suprimento."¹³

O exército napoleônico recebeu, portanto, impulso de toda uma nação. Além da conscrição universal, outros fatores lhe conferiram o caráter absolutamente revolucionário:

- o sistema de requisições, que lhe possibilitava combater sem linha de suprimentos;
- o sistema de divisões de exército (cada uma com infantaria, cavalaria, artilharia, sapadores e comando próprio, subordinado ao comando geral), que conferia à cada divisão maior capacidade tática ofensiva e defensiva e, portanto, maior mobilidade ao exército;
- o princípio da concentração de forças, que permitia o efeito *rolo compressor* no ataque;¹⁴
- o aniquilamento das tropas inimigas não lhes permitindo retirada e reorganização;
- o princípio da busca da decisão, que se traduzia em buscar a deposição de armas do inimigo em qualquer circunstância (Napoleão

¹³ *Apud* FULLER, J.F.C. *A conduta da guerra*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1966, p.22.

¹⁴ A tática de Napoleão consistia em atacar na junção das armas do exército inimigo (por exemplo, entre a infantaria e a cavalaria), provocando assim a sua desorganização.

não tinha preocupação com o custo da guerra, pois seus soldados eram conscritos), impondo-lhe a paz.¹⁵

Todavia, não foi a revolução militar que conferiu às guerras napoleônicas o seu caráter revolucionário. Se a revolução militar não fosse acompanhada de uma revolução política, provavelmente a Europa não teria assistido ao monumental desfile da *Grande Armée* comandada por Napoleão. A revolução militar francesa permaneceria um assunto interno ao Estado francês. O que colocou o rolo compressor em movimento foi justamente o caráter político da Revolução Francesa. Ao derrubar o *ancien régime*, a França tornou-se uma ameaça para todas as cortes européias. A sombra da guilhotina projetava-se sobre todos os tronos da Europa. O mau exemplo do povo francês deveria ser punido para que não fosse seguido por outros povos ávidos por liberdade. A própria sobrevivência dos Estados estava em jogo: de um lado as velhas cortes européias do *ancien régime*, de outro, o Estado anti-feudal francês. Obviamente, tal situação política conferiu às guerras de então um caráter **decisivo**: a impossibilidade de negociação política exigia uma decisão militar no campo de batalha.

¹⁵ Há duas modalidades de retorno à paz: a paz imposta e a paz negociada. A primeira só é possível quando o exército derrotado foi aniquilado pelas armas (caso da Alemanha e do Japão na Segunda Guerra Mundial) ou quando o colapso do Estado (econômico ou político) não lhe deixa alternativa (caso da Alemanha, na Primeira Guerra Mundial).

Sob o impacto dessas transformações, Clausewitz elaborou sua teoria estratégica. Clausewitz a expõe partindo do conceito de guerra: **a guerra absoluta**. A essência da guerra é o **duelo**: "a guerra nada mais é que um duelo a mais vasta escala".¹⁶ O duelo implica na morte ou no **desarmamento** de um dos duelistas, isto é, na sua incapacidade de reação: "o objetivo imediato da guerra é o de abater o adversário a fim de o tornar incapaz de toda e qualquer resistência".¹⁷ Conclui, então, que "a guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade".¹⁸ Impor nossa vontade ao adversário constitui-se, portanto, o **fim político** da guerra, cujo meio é o seu desarmamento. Este último nada mais é que o **objetivo militar** da guerra, cujo meio próprio é a violência. Temos, então, que o fim da estratégia, isto é, o desarmamento do adversário, é o meio da política, e o fim desta é a imposição da nossa vontade.

A guerra compreendida como duelo implica na **ascensão aos extremos**. Da sua análise, Clausewitz extrai três extremos e três **ações recíprocas**. Em primeiro lugar, há o **uso ilimitado da força**. Se o objetivo é desarmar o inimigo sob o risco de ser por ele desarmado,

"aquele que se utiliza sem piedade desta força e não recua perante nenhuma efusão de sangue ganhará vantagem sobre seu adversário se este

¹⁶ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo, Martins Fontes, 1979, p.73.

¹⁷ Id.,ib., p.73.

¹⁸ Ou a submissão deve ser preferível à continuação do combate. Id.,ib., p.73. (Itálico no original).

não agir da mesma forma. Por esse fato, ele dita sua lei ao adversário, de modo que cada um impele o outro para extremos nos quais só o contrapeso que reside do lado adverso traça limites".¹⁹

A esse respeito, Clausewitz é bastante claro e não seria abusivo repeti-lo:

"a guerra é um ato de violência e não há nenhum limite para a manifestação desta violência. Cada um dos adversários executa a lei do outro, donde resulta uma ação recíproca, que, enquanto conceito, deve ir aos extremos. Tal é a primeira ação recíproca e o primeiro extremo que se nos deparam".²⁰

A segunda ação recíproca consiste no próprio fato de ser necessário **desarmar o adversário**. Enquanto ele não for desarmado devemos temer que ele nos desarme. Como a guerra é sempre

"colisão de duas forças vivas (...) enquanto eu não tiver abatido o meu adversário, posso temer que ele consiga destruir-me. Eu não sou o dono de mim próprio, visto ele me ditar as suas leis, assim como eu lhe dito as minhas".²¹

A segunda ação recíproca implica, portanto, num segundo extremo.

A terceira ação recíproca consiste na **máxima mobilização de forças**. Para derrotar o adversário, deve-se mobilizar forças suficientes para fazê-lo, mas ele age da mesma maneira.

¹⁹ Id.,ib., p.74.

²⁰ Id.,ib., p.75.

²¹ Id.,ib., p.76.

"Supondo que nossa estimativa sobre o poder de resistência do inimigo se ajusta mais ou menos à realidade, podemos então adequar proporcionalmente nossos esforços a tal poder, intensificando-os de modo a assegurar o nosso predomínio ou fazer o melhor possível, se não dispusermos dos meios necessários para isso. Mas o adversário atua de maneira idêntica; donde resulta uma nova competição que, em teoria pura, implica uma vez mais um impulso para os extremos. Encontramos aqui a terceira ação recíproca e o terceiro extremo".²²

A teoria da guerra absoluta considera a guerra idealmente, isto é, nela abstraem-se as considerações de tempo, espaço (o território como fator estratégico) e força dos duelistas. Cada duelista é considerado como um combatente ideal, titânico, de energia inesgotável, apto a ações e reações contínuas que só se interromperiam com a derrubada (ou aniquilamento) de um deles. Trata-se da pura instantaneidade da ação. Na teoria da guerra absoluta, mal divisamos o fim do duelo; o próprio aniquilamento dar-se-ia, nesse caso, no âmbito das argúcias lógicas da guerra ideal. Em tal teoria, a ascensão aos extremos leva à inversão da fórmula.²³ Se os Estados são duelistas, em ato ou em potência, os três princípios da ascensão aos extremos (o uso ilimitado da força, a máxima mobilização de meios e o desarmamento do inimigo) deverão nortear a política. Todo o investimento do Estado visará ao aniquilamento dos inimigos, e inimigos serão todos os que puderem vir a

²² Id.,ib., p.76.

²³ Valho-me aqui da terminologia de Raymond Aron que denomina *formule* a definição segundo a qual "a guerra é a continuação da política por outros meios". Cf. ARON, R. Op.cit., p.158-165

ameaçá-lo. Em outras palavras, a teoria da guerra absoluta leva à paranóia belicista. Obviamente, nenhum Estado sustenta um tal investimento por muito tempo.²⁴

Do que foi exposto acerca da teoria da guerra absoluta, poderíamos concluir que Clausewitz faz apologia da violência. Entretanto, logo depois de expor tal teoria, ele afirma que

"se do puro conceito teórico da guerra quisermos deduzir um objetivo absoluto preconcebido, assim como os meios de o alcançar, essas contínuas ações recíprocas conduzir-nos-iam a extremos que não seriam senão um jogo de pura imaginação, produto de uma engrenagem mal visível de argúcias lógicas".²⁵

Com efeito, à exposição da **lógica da guerra**, da guerra absoluta, segue-se a exposição da sua **gramática**, isto é, das **guerras reais**. Três fatores roubam à guerra sua tendência aos extremos. O primeiro fator é o conhecimento historiográfico que temos dos Estados. Com efeito, os Estados têm interesses mais ou menos conhecidos e

"a guerra nunca deflagra subitamente: a sua extensão não é obra de um instante. Cada um dos dois adversários pode, por isso, em larga medida, formar uma opinião do outro, segundo o que ele faz na realidade e não aquilo que em teoria ele deveria fazer".²⁶

²⁴ Raymond Aron faz uma aguda análise da inversão da fórmula. Cf. ARON, R. Op.cit., pp.158-165 e 393-395.

²⁵ Id.,ib., p.76.

²⁶ Id.,ib., p.77.

O segundo fator moderador é de ordem estratégica: a guerra não consiste numa decisão única ou em várias simultâneas.

"Qualquer guerra seria necessariamente reduzida a uma decisão única ou a várias decisões simultâneas se os meios disponíveis com vista à luta fossem todos postos em prática ao mesmo tempo, ou pudessem sê-lo".²⁷

Nas várias decisões sucessivas que implica a guerra, os adversários se desgastam e o cálculo da redução do empenho de um deles faz com que o outro, reciprocamente, também diminua seu empenho.

O terceiro fator moderador é de ordem política. Raramente a guerra é algo de absoluto em seu resultado. Raramente a guerra atinge interesses vitais dos adversários e a negociação da paz se substitui à sua imposição.²⁸

O objetivo político da guerra, "absorvido pela lei dos extremos", reaparece na exposição quando Clausewitz trata das guerras reais. "O objetivo político como móbil inicial da guerra fornece a dimensão do fim a atingir pela ação militar, assim como os esforços necessários".²⁹ Quanto mais

²⁷ Id.,ib., p.78. Obviamente, o armamento nuclear e a capacidade dele decorrente de destruir países inteiros em questão de instantes implica em alterações nesse aspecto da teoria clausewitziana. A **máxima mobilização de meios** relativamente ao objetivo estratégico a atingir pode se dar hoje no âmbito da instantaneidade da ação acima mencionada. A esse respeito ver ARON, R., *Pensar a guerra, Clausewitz: a era interplanetária*. Vol. II. Brasília, UnB, 1986, pp.129-172.

²⁸ Id.,ib., p.79.

²⁹ Id.,ib., p.80.

importantes forem os objetivos políticos da guerra tanto mais ela tenderá a extremos, de modo que, se o interesse do Estado for vital, se sua própria sobrevivência estiver em jogo, ele mobiliza todos os meios possíveis para ser vitorioso na guerra.³⁰

Porém, os três fatores moderadores da ação militar não explicam, segundo Clausewitz, o fim da guerra. Efetivamente, se dois Estados têm interesses conflitantes e, iniciadas as hostilidades, for desejável para um deles aguardar o momento mais favorável, para o outro será desejável atacar. Se há equilíbrio de forças entre os beligerantes, o que tem motivos mais fortes para fazer a guerra manterá a iniciativa de combate.³¹ Atingido seu objetivo, a iniciativa deve, então, passar ao adversário que pode ter mobilizado mais recursos para o combate. A vitória de um dos beligerantes significa a derrota do outro, não há negociação possível. A isto Clausewitz chama **polaridade**.³² "Se essa continuidade do ato de guerra existisse realmente, impeliria de novo tudo para o extremo."³³ Apenas a superioridade da defesa sobre o ataque explica a interrupção da ação militar. Se há um equilíbrio de forças, a vantagem, durante as hostilidades, pertence a quem se

³⁰ Id.,ib., p.88.

³¹ Id.,ib., pp.81-82

³² Id.,ib., p.83

³³ Id.,ib., p.82.

defende.³⁴ A superioridade da defesa explica a limitação dos objetivos de guerra e os fins limitados do Estado, isto é, sua estratégia defensiva. No entanto, a defesa não significa passividade, mas resistência. A estratégia defensiva deve comportar, portanto, uma tática ofensiva.

Abre-se aí um abismo entre as guerras absolutas e as guerras reais. Se nas guerras do primeiro tipo o objetivo é, em qualquer circunstância, buscar a batalha decisiva e desarmar o inimigo, na guerra real, toda ação militar dependerá das circunstâncias em que ela se dá. Temos então dois tipos de guerra e dois modelos de retorno à paz: guerra de aniquilamento e guerra de desgaste, e paz imposta ou negociada. O que determina o caráter da guerra são as circunstâncias históricas (sociais, econômicas, técnicas, geopolíticas, etc.) em que ela ocorre e os interesses em jogo ou os fins políticos a atingir. Compreende-se, portanto, a diversidade das espécies de guerra que, segundo Clausewitz, podem variar "desde a guerra de extermínio ao simples reconhecimento militar".³⁵ Quando os interesses dos Estados forem vitais (a sobrevivência de um Estado ou mesmo de um povo pode estar em jogo), o fim político se confundirá com o objetivo militar e a guerra tenderá a extremos, pois a consecução do fim político depende, nesse caso,

³⁴ Id.,ib., p.84. Também a teoria da superioridade da defesa sobre o ataque deve ser relativizada nos dias atuais, já que é possível travar uma batalha sem ocupar o território do adversário o que implica uma mudança fundamental na relação ofensiva/defensiva.

³⁵ Id.,ib., p.81.

do aniquilamento do exército inimigo.³⁶ Assim, a tendência aos extremos se apresentará na guerra real como escalada de violência, mobilização total de meios e o objetivo de desarmar o inimigo. O fim político a atingir leva à ascensão aos extremos e implica estímulo do ódio entre as partes envolvidas. Por isso, até "mesmo as nações mais civilizadas podem ser arrebatadas por um ódio feroz".³⁷

Nas guerras de aniquilamento, o confronto parece **mais** militar e **menos** político³⁸, mas nem por isso a fórmula tão disseminada segundo a qual "a guerra é a continuação da política por outros meios" deixa de ser verdadeira. Enganam-se, portanto, os que acreditam que, iniciadas as hostilidades, a política sai de cena ou que Clausewitz pensava dessa maneira. Reproduzimos a seguir na íntegra o texto que dissipa qualquer dúvida a respeito:

"Sabe-se evidentemente que só as relações políticas entre governos e nações engendram a guerra; mas imagina-se geralmente que essas relações cessam com a guerra e que uma situação totalmente diferente, submetida as suas próprias leis e só a elas se estabelece nesse momento. Nós afirmamos, pelo contrário: a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios, para afirmar ao mesmo tempo que a guerra em si não faz cessar essas relações políticas, que ela não as transforma em qualquer coisa de inteiramente diferente, mas

³⁶ Id.,ib., p.88.

³⁷ Id.,ib., p.74.

³⁸ Id.,ib., p.88.

que estas continuam a existir na sua essência, quaisquer que sejam os meios de que elas se servem, e que os principais filamentos que correm através dos acontecimentos de guerra e aos quais elas se ligam não são mais que contornos duma política que se prossegue através da guerra até a paz."³⁹

Como contraponto da definição inicial da guerra como duelo, temos então a definição trinitária, na qual fica patente o caráter político e social da guerra. Segundo Clausewitz, a guerra é um

"verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também (...) uma surpreendente trindade em que se encontra, primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura. O primeiro destes elementos interessa particularmente ao povo, o segundo, ao comandante e ao seu exército, e o terceiro releva sobretudo do governo".⁴⁰

Ao estudar a história da guerra moderna, notamos que a sua socieificação a tornou um fenômeno muito mais complexo do que era na época de Machiavelli. Tal complexidade é apreendida por Clausewitz na fórmula "a guerra é a continuação da política por outros meios", na definição trinitária da guerra e na dialética entre meios e fins do nível tático ao

³⁹ Id.,ib., p.737.

⁴⁰ Id.,ib., p.89.

político, passando pelo estratégico.⁴¹ Além disso, a teoria da guerra absoluta denota uma tendência de ascensão aos extremos, presente na guerra real quando motivada por interesses vitais dos beligerantes. Embora tenha um interesse eminentemente inter-estatal, a obra clausewitziana o transcende na medida em que o aparelho militar sustenta o aparelho jurídico-político do Estado e que, na forja da violência, é que o futuro é moldado.

⁴¹ A dialética entre meios e fins da guerra consiste no fato de que os fins da tática são os meios da estratégia, e os fins dessa última, os meios da política. À tática concerne as vitórias no campo de batalha; à estratégia concerne a consecução do objetivo militar através das várias vitórias táticas. A guerra compreende alvos táticos, objetivos estratégicos e fins políticos, onde os limites da tática incidem sobre a estratégia e os limites desta incidem sobre a política, de modo que há uma relação dialética entre elas. Cf., ARON, R. *Pensar a guerra, Clausewitz. a era européia*. Op. cit., pp.151-180.